

129ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA REALIZADA EM 15/12/2017.

Rute Cremonini - Iniciamos a 129ª reunião plenária ordinária do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo, no dia 15/11 de 2017, sexta-feira, 9:15... 9:21, aqui na SVMA. Eu sou Rute Cremonini, atualmente respondendo pelo Departamento de Participação e Fomento às Políticas Públicas em função da licença médica do José Manuguerra. Não sei se todos estão cientes, ele fica de licença por 15 dias. Passo a palavra, então, para início para o Presidente Eduardo Castro.

Secretário Eduardo Castro - Bom, como eu falei, bom dia a todos. Nós temos hoje uma tarefa importante para dar uma olhada. Como eu já havia falado anteriormente na reunião, nós detectamos um problema sério em relação a essas questões de parques. Dos 106 parques, nenhum tem o selo de acessibilidade, 100%, ou seja, nenhum preenche os requisitos legais. A lei exige essa questão de acessibilidade e nós temos 106 parques que, na prática, deveriam ser fechados. Esse é o quadro que nós encontramos, ou seja, nenhum tem acessibilidade. No dia 3, nós tivemos um evento. O Cid Torquato, que é quem cuida da Pasta, que é o Secretário dessa pasta que cuida da acessibilidade, nos pediu que fizesse um evento no dia 3 para prestigiar o dia... não é o dia do deficiente, mas ele instituiu o dia 3 de dezembro como uma homenagem ao deficiente físico e nós fomos nos ater a essa questão e identificamos que nenhum dos nossos parques preenche, na integralidade, os requisitos legais. Ou seja, nós não poderíamos absorver mais parque nenhum e teríamos que tomar ações em relação a esses parques. Então, eu pedi para a Tamires fazer um levantamento e ela vai fazer uma demonstração para vocês. Eu gostaria até, viu Rute, de a gente tentar inverter a pauta e já ver essa questão, apesar que a apresentação do calendário, da pauta, mas essa questão do Parque Raul Seixas é aquele que a gente levantou na Zona Leste que parece que é o mais barato e que nós poderíamos fazer e já ter um projeto pronto e, se vocês autorizassem depois de uma análise mais detalhada, para que a gente pudesse fazer... (voz ao fundo). Não tem, não tem. (voz ao fundo). Ah, tá Ok. (voz ao fundo). Nem o Ibirapuera tem acessibilidade. Nós poderíamos ter - a Secretaria do Verde - uma intervenção ministerial do Ministério Público determinando que ou vocês fazem acessibilidade ou o parque é interditado. Você imagina. Nós já temos, né? (voz ao fundo) Uma intervenção Ministério Público, assim: olha, Secretário, ou você faz a acessibilidade ou você é responsável. O problema que a gente se depara aqui é assim: que quando o Secretário está aqui, ele não faz nada. Depois ele vai embora e começa a atirar pedra na gente lá fora. Eu sou diferente. A gente vai tentar pelo menos fazer alguma coisa ou demonstrar que... É óbvio que a gente tem uma questão financeira. Eu não posso pegar todo o recurso do FEMA e falar que nós vamos fazer acessibilidade nos parques. Isso não existe, é irreal, mas pelo menos nós vamos fazer projeto e estudar. Que o que inviabiliza essa acessibilidade nossa é uma questão financeira. Aí eu vou negociar com a Secretaria da Fazenda a possibilidade de o ano que vem a gente ter recurso para fazer isso, que eu acho que é o correto. Porém, os projetos nós deveríamos fazer, para mostrar ao Ministério Público que nós estamos olhando com muito carinho isso e outra: não aceitar mais nenhum tipo de parque e discutir isso com o Prefeito. Falar "Prefeito, não adianta eu ficar inaugurado parque e inaugurando pela metade, porque depois quem sofre isso é o Secretário e a consequência disso é a própria Secretaria". Então, é uma questão muito pontual, muito séria, eu me preocupo muito com isso porque existe uma lei de responsabilidade que ela é direcionada ao Secretário e que, infelizmente, ninguém fez nada em relação a isso. O ano passado, nós recebemos o Parque do Jockey, que também não tem acessibilidade. Então, é muito fácil eu receber o parque, falar "eu quero instituir um parque". Eu sou um ambientalista, eu sou favorável, eu nasci e vivi em parque, eu brinquei em parque, eu acho que isso é muito importante para São Paulo, isso é importante para a sustentabilidade, para o meio ambiente, acho isso fundamental. Porém, nós temos que ter a responsabilidade daquilo que nós estamos absorvendo para a Secretaria. (voz ao fundo). Nenhum. (voz ao fundo).

Cons. Caio Boucinhas - Caio. Só uma curiosidade. Eu queria saber se nem o Trianon, na Avenida Paulista, tem acessibilidade.

Secretário Eduardo Castro - Como eu lhe falei, 100% dos parques – e, portanto, inclui aí o Trianon - tem acessibilidade. E eu revendo as Atas, as reuniões da Secretaria em todos os setores, eu não observei uma preocupação premente, uma preocupação existente ou uma

discussão. Quando lá atrás foi recebido o Parque do Jockey, da possibilidade de se discutir. Existe acessibilidade antes de receber o parque, antes de instaurar o parque, antes de instalar o parque? Não, vamos instalar. Há interesse de um Vereador da região, há interesse de algum político da região, vamos instalar. Perfeito, instalar não é difícil. É cercar, estruturar ele, mas e acessibilidade, e a lei, e os requisitos legais? Tem um impulso, a vontade. A gente precisa ter o binômio necessidade e possibilidade. A possibilidade é fazer acessibilidade. Não adianta depois jogar no colo e falar "olha"... Então, eu vou pedir a gentileza - encarecidamente - a vocês. Eu sei que é a última reunião do ano, mas se vocês pudessem olhar com carinho e, ao final, a gente tentar aprovar esse projeto que a gente elencou - do Raul Seixas -, para que a gente dê início a isso, pelo menos de maneira embrionária, para que o ano que vem nós possamos fazer um aferimento a fundo em relação a essa questão. Porque senão... Nos parece que, a partir do momento que eu tenho o poder discricionário como Secretário, de atuar o cidadão ou aquela empresa que não cumpriu com a legislação legal, eu também deveria atuar a Secretaria. Eu, como Secretário, tenho que atuar a Secretaria, porque você não tem parque com acessibilidade. Parece um pouco antagônico, mas nós precisamos se ater a isso. É uma questão bastante importante. (voz ao fundo).

Tamires - Tamires, Diretora de Projetos e Obras. Tem uma questão que eu acho que é importante ser colocada: que todos os parques eles não têm 100% de acessibilidade, ele tem acessibilidade parcial, mas não tem, assim, falar "o parque é 100% acessível?" Eu não consigo dizer isso. Teve uma época que foi feito um Grupo de Trabalho para ser estudado a questão da acessibilidade no Parque da Luz. Esse Grupo de Trabalho acabou se perdendo, enfim, e aí, no último mês, eu retomei esse Grupo de Trabalho para a gente conseguir fazer um Grupo de Trabalho já para todos os parques, porque a gente fala de acessibilidade, mas a gente, enquanto parque já implantados futuros parques, a gente tem que atender tanto a Lei de Acessibilidade, quanto as questões de patrimônio, quando o parque é tombado, quando tem uma área tombada, quanto as questões ambientais, que a gente também tem taxa de permeabilidade para atender, tem uma série de questões. A gente agora está implantando o Parque dos Búfalos, que está em área de restrição, ocupação, então tem uma legislação estadual que não me permite fazer determinadas coisas. Então, a gente está propondo, lá no DEPAVE 1, fazer uma Portaria Intersecretarial - a Secretaria do Verde, Secretaria da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Cultura - para poder chegar sempre num consenso e fazer os projetos, retomar essa questão. Para os novos, obviamente, a gente já está prevendo e para os recentes a gente tem... Tem o Jockey, por exemplo, que é um que a gente já está fazendo o projeto para aprovação da CPA. A CPA, já está passando pela CPA o Jockey. No caso do Raul Seixas, esse projeto a gente já tem, ele já está aprovado pela CPA. A única coisa que sempre faltou foi recurso para implantação. Então, a gente está nesse pé, que a gente precisa de dinheiro agora para implantar, que a gente está com um processo parado, um projeto aprovado pela CPA e não consegue implantar e lá no Raul Seixas a gente ainda tem um CECCO, que atende todas as pessoas que têm deficiência lá e, enfim, a gente tem esse problema que a gente precisa resolver.

Cons. Sueli - Sueli, da Macro-Leste 1. Muito dos parques já perderam a garantia do tempo de construção? Todos eles já perderam esta garantia do tempo de construção? Quando é apresentado um projeto de parque dentro da Secretaria isso não teria de estar implícito a acessibilidade plena por conta de força de lei? Quem aprovou, quem seriam os responsáveis por ter aprovado e implantado parques sem acessibilidade plena? Só para entender, Secretário.

Secretário Eduardo de Castro -Eu diria para você que antes da nossa gestão, todos os Secretários que aqui passaram são responsáveis pela inércia. A lei é muito clara. A lei, no seu código civil, diz lá: se você, através da sua omissão ou a falta de ação, causar prejuízos você é responsável. Então, para mim, todo mundo que votou antes de mim é responsável. Eu não quero segurar essa responsabilidade, eu quero dividir com vocês. Afinal de contas, eu não sou só um Secretário, eu sou um cidadão de São Paulo. Eu fico indignado com esse tipo de coisa. Então, para trás, aqueles que receberam o parque, eu vou lá atrás, quando era 30 parques e de repente um Secretário achou que tinha que fazer 106. O meu sonho é que nós tivéssemos 1439 - é um número aleatório de parques -, mas eu tenho que ter a responsabilidade de que antes de montar o parque, eu tenho que saber o que a legislação permite. Então, quando lá atrás algum idealista, um "ista", que a gente chama, porque na realidade é um "ista", mas não gosta de fazer. Então, na realidade, é muito fácil fazer o discurso. Eu nasci assim, eu sou do Verde, eu adoro São Paulo,

meus filhos adoram São Paulo, meus filhos adoram o verde, eu sei que essa questão para nós é importantíssima, mas não adianta só você fazer o discurso, pular de 30 para 106 e na hora que eu criar os parques eu não saber quais os requisitos legais. Esse discurso que a Tamires fez é muito bonito e muito importante, mas falar para mim "olha, o parque está pela metade", não existe isso. Qualquer empresa que vem lá embaixo, na Secretaria, comigo, e fala "eu preciso de um licenciamento ambiental" eu não posso falar "eu concedo parcial". Ou eu concedo ou eu não concedo. Se eu não conceder, você não vai abrir, você não vai ter o Habite-se. Não existe Habite-se. Ó, você está meio certo. Então, a empresa pode me questionar: "Senhor Eduardo, se para mim o Senhor me dá o Habite-se ou o Senhor está certo ou não e por que nos parques o Senhor não faz isso? Quer dizer, então o discurso do gestor... Eu sei que existe a inviabilidade financeira, mas eu tenho que ter a responsabilidade, antes de criar o parque, saber se eu tenho recurso para fazer essa acessibilidade. Se eu não fizer isso, é melhor eu não criar esse parque, sabe? Qual é a ideia nossa? É, no transcorrer do ano... tem determinados parques que nós vamos gastar um valor de cinco milhões para fazer a reforma. Não acredito que o Município tenha recurso, hoje, para fazer todos os parques, mas do momento que nós passarmos a fazer estudos, a gente já está mostrando a nossa parte, a gente está se eximindo da responsabilidade. Passa a ser uma questão financeira, não é mais nossa. Agora, nós largamos a esmo, largamos na escuridão os parques, como se estivesse tudo certo, é uma irresponsabilidade monstruosa, monstruosa. Mas, a partir do momento em que eu saio daqui, quando eu vou para o outro lado, eu vou tacar pedra na janela. Isso é muito fácil tacar pedra na janela, eu quero ver é efetivar e fazer. Não levantei ação nenhuma, eu não também não quero ser o primeiro a fazer essa ação, não é isso, mas eu acho que nós temos que ter a responsabilidade de saber que todos têm direito a usar o parque e se a lei determina que eu tenho que ter 5% em relação ao parque de acessibilidade, nós vamos ter que fazer ou pelo menos estudar projeto. Então, é essa minha preocupação e por isso que para a gente "estartar" alguma coisa, a gente está sugerido essa questão desse parque, que a gente já tem o projeto pronto, que seria uma demonstração de que a gente já está fazendo alguma coisa, entendeu? Por isso a importância de a gente tentar - eu sei que é a última reunião do ano, muitas vezes é mais para a gente fazer uma festividade, para fazer um agradecimento - mas esses assuntos são tão importantes e são tão sérios que eu achei por bem trazer à baila na data de hoje, porque eu não posso admitir. Eu não admito esse tipo de coisa e gostaria de compartilhar com vocês a minha sugestão.

Cons. Caio Boucinhas - Caio, do IAB. Uma questão para a Tamires. A acessibilidade, eu tenho que ter 100% das áreas do parque acessíveis? Eu não posso ter trilhas onde não é possível cadeirante etc., questões desse tipo? Eu queria entender.

Tamires – Tamires, Diretora de DEPAVE 1. Sim, tem alguns casos, tem casos que você não consegue dar acessibilidade total, até porque parque tem uma questão topográfica, uma questão de permeabilidade, como eu já falei. Então, tem alguns casos que a gente consegue colocar como acessibilidade assistida. Por exemplo: caminhos de terra batida, né? As pessoas, elas não têm total autonomia, mas a CPA, ela entende como acessibilidade assistida. Se tiver alguém acompanhando, eles aceitam isso. Então, tem esses casos que, sim, eles podem entrar. Só que, por exemplo, tem muitos parques que foram implantados antes da própria Lei da Acessibilidade. Então, não tinha a obrigação, a exigência. Claro que você tem de pensar no desenho universal sempre. Mas não tinha a exigência. Agora tem. Então, a gente tem de correr atrás disso, tem de fazer.

Secretário Eduardo de Castro - A lei é de 2009, depois ela foi modificada posteriormente. Nós tínhamos 30 parques antes da lei. Aí um Secretário achou que devia de fazer 106, porque isso, no intuito dele, parabenizaram ele e infelizmente ele criou 106 parques, ele criou 76 parques, esse Secretário, só que ele esqueceu de duas coisas importantíssimas: a primeira, que eu acho muito mais importante, que é acessibilidade, e a segunda, ele esqueceu de mexer no orçamento. Quando eu vou criar 76 parques, mas vocês vão ficar com a mesma quantidade de dinheiro. Perfeito, fez uma política, elegeu quem ele precisava como Deputado, como Vereador, e hoje fica tacando pedra na janela, dizendo "vocês precisam fazer isso ou aquilo". Me desculpe, você devia de fazer aquilo que era a sua obrigação. Antes de criar o parque, saber se você tinha condições de fazer um parque com 100%, porque não se admite na gestão pública e eu acho que não deveria se admitir no dia a dia... Não existe essa questão do puxadinho. É só no Brasil, só no Brasil. Você vai fazer uma casa, você tem um projeto, você pede um Habite-se para um projeto, aí

vai o fiscal e fala "ai, moço, eu fiz um puxadinho". Nos Estados Unidos, eles mandam derrubar tudo, não existe puxadinho. É só no Brasil. E aqui se admite fazer um parque sem estar 100% correto. Como que eu posso instalar um parque se não estiver 100% correto? Ué, fazer o que é correto é errado? Fazer o que é correto é errado? Parece que isso é um hábito nosso. Então, a gente não pode admitir esse tipo de coisa. Nós temos que fazer o que é correto. O dia que estiver tudo correto, eu abro a porta, eu tiro a tranca e falo "agora vocês podem usufruir o parque". Antes disso não adianta eu ficar criando parque, não adianta, porque eu vou ter alguém reclamando. A Mara Gabrielli, que é uma Deputada Federal do PSDB, ela discute muito isso no Congresso Nacional. Essa é uma questão de acessibilidade, quer dizer, se a gente propaga esse discurso e essa realidade fática perante os órgãos de controle, me desculpe, nós teremos todos os parques de São Paulo fechados. Criaremos um caos, porque não têm acessibilidade. Agora, a gente é instado. Se a gente for instado a responder sobre isso e nós tivermos projetos e aí, por uma questão orçamentária, a gente não iniciou os projetos, aí é uma outra questão. Agora, não fazer nada, isso é inadmissível.

Rute Cremonini - Bom, dando continuidade à reunião, entendemos que a inversão de pauta foi aprovada. Então, vamos passar ao segundo item da ordem do dia: apresentação do projeto Parque Raul Seixas pelas Tamires, Diretora de DEPAVE 1.

Tamires - Olha, eu nem sei se eu apresento, porque a gente já falou dele. Eu posso já apresentar o Nascentes e o Raul Seixas, os dois juntos? *(você passa para mim, por favor?)* O enquadramento na legislação. Então, pela legislação do FEMA a gente consegue realizar melhorias de infraestrutura nas áreas verdes e estar dentro das diretrizes do CADES, conforme já passou pela CAV *(pode passar)*. Esse daí é o Parque Nascentes Ribeirão-Colônia. Esse é o único parque grafado no Plano Diretor *(vai no visualizar ali e põe em tela cheia... Eu não estou enxergando. Obrigada)*. Então, o Nascentes Ribeirão-Colônia ele é o único parque grafado no Plano Diretor como parque urbano, é em Parelheiros e a gente está iniciando... Desculpa, eu coloquei quatro milhões, mas não são quatro milhões, não, tá? São trezentos mil, que eu peguei de um outro slide. Enfim, ele é o único parque grafado no Plano Diretor como parque urbano, em Parelheiros, então ele tem uma importância ali para a região, absurda, porque ali nessa área tem um campo de futebol. Na época era o antigo clube da Metal Leve, então ali já tem toda essa característica de parque urbano que a gente precisa abrir. E aí, nesse programa desse parque, também vai ser abrigada a Escola de Agroecologia, que vem parte dos recursos para a implantação dessa escola... a parte de capacitação ela vem dos recursos da Bloomberg, que estão sendo gerenciados pela SMUL, que a Tais veio aqui representando a SMUL hoje. Então, para esse parque a gente agora está pleiteando recursos aqui no FEMA para fazer a primeira fase de implantação, que é a questão das edificações. Como vocês podem ver, está bem deteriorado, então essa é a questão do Parque Nascentes. *(pode passar)*. E o do Raul Seixas, que a gente já falou, é um parque que lá na Zona Leste, na região de Itaquera, e a situação lá está bem complicada, como vocês podem ver. *(pode passar)*. É um parque que ele é tombado. Então, esse foi um dos parques que teve bastante discussão para implantar o projeto de acessibilidade. Então, por exemplo, esse paralelepípedo ele não é acessível. Só mostrar para vocês como que a gente trata essas questões; como a gente concilia as legislações. *(pode passar)*. Então, o paralelepípedo ele não é acessível totalmente. Todo mundo aqui eu acho que já foi no SESC Pompeia. Tem a parte de paralelepípedo e na lateral tem uma faixa onde ela é acessível. Então, no Raul Seixas a ideia é fazer a mesma coisa, que eu não interfiro no patrimônio, mantenho isso e dou acessibilidade também. As rampas, vocês podem ver que completamente fora da norma, está completamente inadequada. Essa edificação que vocês estão vendo é um sanitário. Não tem foto interna, mas vocês já podem imaginar como deve ser. E bebedouros, a gente tem toda essa situação, que é praticamente impossível chegar. Eu peguei essas fotos aí, que ilustra bem a situação do parque. Então, a gente tem essas duas ações hoje para deliberação lá do DEPAVE 1, que é a questão da implantação da primeira fase do Nascentes. O Nascentes, aqui a gente está pedindo recursos para as edificações e ele, a gente tem outros recursos, que são oriundos de TCA também, que contemplam justamente o caminho acessível. Então, como os recursos são escassos, a gente tem que ir atrás de vários lados. Então, a parte de acessibilidade ela tá dentro do TCA e a parte da edificação, a gente está apresentando aqui no FEMA. E o do Raul Seixas, que é acessibilidade em si, que é a adequação dessa área.

Secretário Eduardo de Castro - Os valores do... porque está quatro milhões, mas não é isso. Onde está especificado para que a gente possa colocar eventualmente em votação?

Tamires - O Nascentes está no processo. Nascentes, R\$ 323.640,20.

Secretário Eduardo de Castro - O Nascentes.

Tamires - Do Nascentes e do Raul Seixas – (*volta lá*) -, acho que é um milhão e vinte e um mil para fazer a implantação.

Secretário Eduardo de Castro - Num parque daquele tamanho, que é pequeno.

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho, da CIRANDA. No Nascentes, existe uma contrapartida já da Bloomberg?

Tamires - Táis você quer explicar? A Táis ela é da SMUL, ela pode explicar melhor como é a conformação desse projeto da Bloomberg.

Táis - Bom dia, Táis, sou da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento do projeto Ligue os Pontos. Eu e a Ana estivemos aqui há umas não sei quantas reuniões, umas reuniões passadas, apresentando o projeto. E a ideia é que o projeto Bloomberg... O recurso do projeto vem para fortalecer a agricultura na Zona Sul de São Paulo e a gente pode contratar prestações de serviços. O recurso do prêmio não é destinado para obras ou para a compra de equipamentos, coisas assim. Mas a gente pode, sim, investir e ter uma atividade, uma ação de capacitação, que é isso que a gente está pretendendo, então, combinar, como a Tamires estava explicando. É uma composição de várias fontes de recursos, então a ideia é que essa primeira fase a gente consiga dar condições de uso para essas duas edificações que já existem ali e a gente, então, entra com o projeto Bloomberg para realizar as atividades. Então começar a ter os cursos para os agricultores, eventualmente a gente conseguir ter uma sede ali, um escritório que possa também começar a servir de ponto de referência. Enfim, inclusive ajudar a estancar aí o processo de deterioração que uma edificação sem uso vai sofrendo. Então, a estratégia é um pouco essa: começar as atividades e aí, a partir disso também, o projeto não termina. Aquele valor de quatro milhões diz respeito, se não me engano, né, Tamires, ao projeto total de implantação do parque. Então, é uma parcela bastante pequena para a gente ir começando.

Tamires - E só para complementar, o Nascentes Ribeirão-Colônia ele também vai abrigar a sede das APAs. Então, é muito importante a gente correr com isso. As duas APAs. Então, vai ter Escola de Agroecologia junto com o recurso da Bloomberg e também vai abrigar a sede das APAs ali e ali é um ponto extremamente estratégico para a gente, porque a gente está ali na área contígua da área de planejamento do Cratera da Colônia, a gente está ali numa área interessante de Parelheiros e a Escola de Agroecologia, numa área tão estratégica, que ali tem muitos agricultores, é bem interessante para a gente.

Rute Cremonini – Mais alguma manifestação dos Conselheiros? Então, para que nós tenhamos condição de votar, eu retomo o primeiro item da pauta do expediente, que é a posse do Senhor Victor Di Francesco Coelho de Souza, suplente da Secretaria Municipal de Governo. De Gestão, corrigindo. A nomeação foi publicada no Diário Oficial em 6 de dezembro. Senhor Conselheiro, esteja empossado. Muito bem. Então, vamos passar ao terceiro ponto da ordem do dia, que é a deliberação sobre os projetos Parque Raul Seixas e da Escola de Agroecologia em Parelheiros. Todos os favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado. Feito isso, nós retomamos, então, a nossa pauta. Tem mais alguma apresentação? Vamos desligar o data show? Está muito quente. (voz ao fundo). Então, retomando a nossa pauta, aprovação da Ata da 128ª reunião ordinária. Os Conselheiros receberam a Ata no momento da convocação. Os Conselheiros que forem favoráveis à aprovação da Ata, permaneçam como estão. A Ata da 128ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada. Vamos passar para o terceiro item do expediente, que são informes gerais e sugestão de inclusão para esta reunião. Azzoni.

Cons. Azzoni - Bom dia, Azzoni, representante do CADES. Foi deliberado no CADES a autorização para criar a equipe técnica, o Grupo de Trabalho...

Rute Cremonini - Comissão Especial...

Cons. Azzoni - ... A Comissão Especial para levantar os fundos que estavam com risco de prescrição, dar uma olhada como está a questão das multas. Então, agora nós vamos começar a juntar o grupo para poder começar a fazer o trabalho. Então, quer dizer, foi autorizado na última quarta-feira e foi me passado a incumbência de juntar o grupo. Então, a partir de agora eu vou fazer a convocação do pessoal que já foi selecionado para poder iniciar os trabalhos o mais rápido possível. Eu estou pensando ainda - meio loucura - mas já tentar fazer uma para semana que vem já para a gente pronto para janeiro.

Rute Cremonini - Uma questão de esclarecimento, Conselheiro. Na quarta-feira, na reunião do CADES, foi aprovada a Comissão Especial para helipontos. Segundo informação nossa, esse GT de levantamento das taxas e multas é um grupo que não é ligado ao CADES, é ligado à Secretaria. É isso?

Cons. Azzoni - É, desculpe, eu invertei, então, desculpa, mil perdões. Mas é importante que nós já tenhamos uma reunião desse grupo com o pessoal da Secretaria de Finanças, o pessoal da própria Secretaria, com os diversos DECONTs, DEPAVE, então nós já tivemos alguma reunião já para começar a traçar algum... Como nós vamos trabalhar para a questão de levantamento de que nós temos para receber, para saber o que dá para se cobrar, o que não dá para se cobrar, como cobrar. Então, tem algumas questões também que o Secretário tinha levantado, que é a questão da prescrição. Então, nós vamos ter que levantar todos esses processos que realmente tiveram movimentação nesses... para não ocorrer na famosa prescrição intercorrente, que seria três anos sem movimentação ou três anos com movimentação que não seja considerado movimentação processual. Então, nós estamos já fazendo todo esse levantamento.

Secretário Eduardo de Castro - Azzoni, eu gostaria de agradecer o seu empenho. Só para esclarecer, essa questão do heliponto, do Grupo de Trabalho é do CADES. Isso aqui foi uma determinação, uma solicitação minha ao CONFEMA na outra reunião. Isso tem tudo a ver com o recurso que a gente precisa e, na realidade, eu vou de encontro a essa questão dos parques. Eu preciso de recurso para regularizar uma questão de acessibilidade aos parques e eu tenho esse recurso, eu posso ir buscar esse recurso que nós temos. Como eu falei na outra reunião, algo em torno de um bilhão aí espalhado no meio de todos os processos que a gente tem na Secretaria, que nós não, infelizmente até hoje, não conseguimos receber. A inspeção veicular - e é uma preocupação que eu externei na outra reunião - terminou em 2013 e por uma questão legal, os prazos prescrevem em cinco anos, daquelas autuações que foram feitas. Então, no ano que vem, a gente já perde o direito de cobrar todas as multas. Entretanto, a inspeção veicular, ela se iniciou muito antes, então eu imagino - não tenho absoluta certeza, porque eu não vi -, que nós já tenhamos perdido muito dinheiro com essa questão da inspeção veicular. Então, esses arquivos nós vamos levantar e nós vamos apurar a responsabilidade de quem, por inércia, deixou de cobrar, porque é dinheiro público, não é nosso. Deveria ter feito. Uma coisa é o contribuinte não pagar. É um direito, isso acontece muito num país em crise como a gente vive, mas a Secretaria não efetivamente não empreender esforços no sentido de cobrar, isso é inadmissível. Então, por isso que a gente deu, tentou a ideia de criar esse grupo para fazer esse levantamento, porque o valor é muito grande e expressivo - é em torno de um bilhão, né? Três bi, informação do Manuguerra? Então, a gente não tem nem a exata noção. Seja ele um bi ou três bi, é muito dinheiro e esse dinheiro, se você fracionar nesses 106 parques, com certeza a gente poderia, no mínimo, resolver a questão de acessibilidade. No mínimo. Então, nós temos um problema aqui e uma solução aqui. É só juntar. Parece que aparentemente é uma conta fácil. É só tentar juntar. Esse que é o nosso esforço nesse sentido de tentar juntar essas duas soluções para ver se a gente consegue equalizar esse problema. A priori, seria essa questão, mas com esse valor dá para a gente fazer muito mais coisas, mas nós precisamos resgatar isso. E eu percebo que existe uma inércia da gestão pública em se preocupar com isso. Não sei os motivos, mas essa inércia, na minha gestão, não vai existir, vocês podem ter absoluta certeza e um compromisso que eu tenho com vocês.

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho, da CIRANDA. A CIRANDA se coloca à disposição, talvez não para participar, porque a gente não tem essa expertise. Então mais para municiar, porque, por exemplo, a gente teve há um tempo atrás reunião com o Metrô e foi nos dito, assim, claramente que tinha muito dinheiro de TACs, que, por exemplo, da Linha Ouro, não havia onde ser implantadas as árvores que foram suprimidas e esse dinheiro estaria lá disponível, porque na

Regional não teria como ser utilizado, deveria ter vindo e não tinha vindo até então. Então, assim, a gente se coloca à disposição para ajudar com essas informações. A gente só precisa saber como é que vai ser a dinâmica, como que se faz isso, porque isso, inclusive, já foi colocado pela CIRANDA no CADES. Essa informação, por exemplo, do Metrô. Mas eu acho que a gente pode ajudar a levantar outras coisas e fazer parte dessa força-tarefa.

Secretário Eduardo de Castro - Nós estamos entabulando uma parceria com a Universidade UNINOVE e o gestor da Universidade nos disponibilizou a possibilidade, de através de um termo de cooperação, um termo que a gente está montando, de que ele nos envie estudantes na fase ainda de estágio de Direito, de Economia, que seria uma força-tarefa que pode ajudar, porque isso vai depender muito de um trabalho manual. Não é tão técnico. Então, nós podíamos utilizar dessa força humana; são jovens que têm total interesse em ajudar, que viriam a custo zero para a Secretaria e inclusive nessa questão desse grupo - viu, Azzoni, se você precisa utilizar - a gente faria a solicitação lá de advogados, estudantes de Direito, estudantes de Economia, porque isso mexe com Ciências Contábeis, porque são números. Nós poderíamos utilizar desse grupo para que... A ideia é fazer um mutirão efetivo para em prazo curto a gente tenha a exata noção do que ocorre nesse prédio, sabe? A gente sabe que tem fantasma e nós vamos levantar e nós vamos descobrir isso, porque a gente chega à exaustão e o pessoal que passou por aqui não fazer nada e quando ele está do outro lado eles começam a atirar pedra. Ah, é isso, é isso, é isso. Eu pergunto "o que vocês efetivamente fizeram"? Quer dizer, é muito fácil virar vidraça, é muito fácil atirar pedra, mas quando você está no vidro você acha que você é incólume, ninguém vai te atingir. Não, nós vamos fazer um levantamento detalhado, perfunctório, de tudo que aconteceu. Foi o período de quem, qual é a responsabilidade, porque se você não fez. Eu vou questionar a todos e a todas: por que não foi feito a cobrança? Porque existe uma preocupação, que eu estava discutindo com o pessoal da Secretaria da Fazenda, que uma vez você autuado, se a pessoa pagar - parece-me que a legislação é isso, mas nós vamos fazer um levantamento e essa Comissão vai apontar isso -, se a pessoa pagar no vencimento correto, esse dinheiro vem para o FEMA. Se ela pagar depois, vai para Secretaria da Fazenda; vai para o cofre comum. Nós perdemos o dinheiro, porque não vai carimbado para a Secretaria. Entra no cofre comum, entrou no cofre comum, isso é diluído lá dentro e o FEMA efetivamente perde. Então, assim, um bilhão de reais, ou seja lá que o Manuguerra falou, de três bilhões. Inclusive gostaria de deixar consignado uma moção aqui ao nosso amigo Manuguerra, que tanto tem feito pelo nosso Conselho e ele vem passando por uma questão delicada de saúde, fez uma cirurgia, mas graças a Deus parece que já está se recuperando. Deixaria consignado na Ata uma moção de todo o Conselho para ele, que Deus abençoe, que sorte tenha a sua saúde. Então, essa é a nossa preocupação. Vamos fazer um levantamento para que isso não ocorra mais aqui, quer dizer, todo o real é importantíssimo para nós que estamos numa situação precária de não ter nem ele nem acessibilidade nos parques.

Rute Cremonini - Azzoni.

Cons. Azzoni - Não, só concluindo, realmente nós constatamos isso na primeira reunião. É isso mesmo. A cobrança tem que ficar aqui dentro. Se a gente mandar para a CDA, virar dívida ativa, cai como Tesouro, não volta mais para cá. Então, realmente, a cobrança tem que sair daqui de dentro. Então, a gente tem que fazer uma força-tarefa aqui realmente para levantar e tentar fazer a cobrança aqui dentro, porque se você for para CDA, justamente para a dívida ativa, cai como Tesouro e não vem com anotado para nós. Realmente está corretíssimo.

Rute Cremonini - Bom, dando continuidade nos informes, quero informar que na reunião de quarta-feira, reunião plenária do CADES, foi aprovado o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Quero informar também que o Conselheiro Aldo enviou um e-mail à secretaria do FEMA solicitando esclarecimentos quanto à legislação e deliberação dos projetos. O Decreto que regulamenta toda a operacionalização é o 52.153, de 2011, atualizando o Decreto enviado pelo Conselheiro. Em seu artigo 37, o Decreto descreve a CAV, que é a comissão nomeada para avaliar os projetos no que diz respeito à viabilidade técnica e financeira. Após o parecer da CAV, o resumo do projeto é enviado aos Senhores Conselheiros, juntamente com a convocação para a reunião, onde será feita a deliberação formal, como foi feita para essa reunião. Usualmente, é feita uma apresentação prévia do projeto para que os Senhores Conselheiros já tenham conhecimento do projeto a ser deliberado futuramente. Excepcionalmente, apresentamos

e deliberamos na mesma reunião, como é o caso do projeto Parque Raul Seixas. A dúvida foi esclarecida?

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. Obrigado pela resposta. Eu levantei aquilo primeiro porque eu sou novo aqui na área e eu não via nas aprovações essa formalidade sendo efetivada, vamos dizer, no meu entendimento. Então, para mim, se fazia como foi feito hoje, quer dizer, quem concorda, quem não concorda e eu não via de forma explícita aqueles critérios especificados no Decreto ele de forma explícita, não via. Falei "será que isso está certo, se não está"? E também nós recebemos o projeto todinho do Parque Raul Seixas e há uma página ou duas folhinhas, que é da Comissão de Aprovação. Mesmo nessa... De avaliação, de avaliação. Mesmo nessa folhinha, eu não vejo tudo de forma explícita como está no Decreto. Eu achei um pouco vago em linhas gerais. Não sei se eu estou sendo crítico demais, mas é como eu senti a coisa. É só esse cuidado que eu acho que a gente deveria... Deveria aparecer um pouquinho mais claro que esses critérios estão sendo observados ou foram observados. Eu acho que é isso. E aproveitando só que o Senhor mencionou a UNINOVE, eu faço parte de um grupo da UNINOVE, no Departamento, na Diretoria de Gestão Ambiental. Acabei de fazer o mestrado o ano passado. Então, se for necessário, também me coloco à disposição, não tem problema nenhum. Obrigado.

Secretário Eduardo de Castro - Gostaria de agradecer a sua exposição e, com certeza, eu acho que a gente deve obedecer a rigidez do Decreto. A gente deve realmente deixar mais explícito, acho que a Rute, com certeza, deve exigir que nas próximas reuniões, em havendo projeto, a gente faça alguma coisa mais explícita e consulte os Conselheiros na próxima reunião, se o formato, né, Rute, que a gente está fazendo é o ideal para que cada um possa fazer uma sugestão e chegar a um acordo daquilo que deve ser feito, que é o que a gente chama de um *check list* antes de fazer. Eu agradeço a exposição e como eu falei no início da reunião, eu preciso me ausentar, porque hoje tem eleição da presidência da Câmara Municipal e o Vereador me chamou para ir até lá, eu vou precisar me ausentar. Eu acho que aquilo que havia necessidade de quórum, eu já me fiz presente. Gostaria de agradecer a todos, desejar um feliz Natal, um próspero Ano Novo, um ano cheio, repleto de alegria, saúde, sucesso e que o ano que vem tenhamos um ano tão promissor como foi esse ano para todo mundo, bastante sucesso. Muito obrigado, um bom dia para vocês todos e me desculpe, mas eu preciso me ausentar.

Rute Cremonini - Azzoni.

Cons. Azzoni - Aproveitando também, preciso me ausentar, que eu tenho que ir para a CPMU, porque eu tenho que aprovar a questão da CTLU e a Comissão de Paisagem Urbana dos nossos Conselheiros do CADES.

Rute Cremonini – Rute Cremonini, Coordenadora...

Cons. Azzoni - É, não, tô fazendo aqui e estou indo para lá. Como tinha algumas apresentações na frente, eu acredito que vai dar tempo certinho de chegar lá.

Rute Cremonini - Eu peço aos Conselheiros mais uma média de 15 minutos. Agora são só formalidades. Nós já estamos caminhando para o final. Podemos continuar? (vozes ao fundo) Eu gostaria de fazer mais uma informação. Posso? Pode, um minutinho só, por favor. As diretrizes do FEMA serão enviadas para vocês. Na reunião de quarta-feira, foi votado um recesso para as reuniões do CADES em janeiro, portanto as diretrizes serão enviadas para vocês e serão colocadas em votação no CADES... em março? Vocês em fevereiro e o CADES em março. Desculpe, eu estou substituindo o Manuguerra, às vezes acontece uma confusão, mas vocês receberão as diretrizes para análise.

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho, da CIRANDA. Eu só gostaria de complementar também para tentar explicar um pouquinho para o Aldo, porque a avaliação que é feita baseada nessas diretrizes e as diretrizes são muito genéricas. Porque assim: se você começa a especificar muito, você acaba bloqueando as ações também. Então, acho que a gente, como Conselheiro, tem que realmente ficar atento às diretrizes, mas quando vem essa avaliação, ela é baseada realmente na diretriz, então vem lá "artigo tal, tãana...biodiversidade, apoio a projetos, tal". Então, assim, essas diretrizes foram extensivamente - não sei se essa é bem a palavra - discutidas o ano passado para serem aprovadas. A gente modificou realmente muitas coisas para conseguir que o recurso do FEMA fosse realmente aplicado no que ele é feito para ser aplicado.

Então, hoje em dia, assim, quando eu leio, eu fico mais tranquila, porque eu sei que é... Por exemplo, essa aprovação do Parque Raul Seixas, isso deveria vir do dinheiro da Secretaria, não deveria vir de recursos do FEMA. Pela lei mesmo, isso não deveria vir. Até o da Agroecologia também. Deveria vir de recurso da própria Secretaria. Mas, assim, as coisas têm que acontecer. Então, como são projetos - um é projeto para mostrar que existe a possibilidade de você fazer a acessibilidade e o outro é da implantação, que é muito importante. A região precisa realmente disso. Então, assim, não dá para você ficar esperando o ano que vem ter dinheiro. Eu acho que é isso e a gente tem que realmente ficar atento e eu concordo com você que, dentro do possível, a gente tem que ter mais informações e também fico mais tranquila porque o Secretário expôs bem isso aqui hoje. A gente aprovou, mas com a palavra dele de que isso é um projeto e que o ano que vem vai se buscar mais recurso para que isso venha da Secretaria e não do FEMA. Obrigada.

Rute Cremonini - Obrigada, Conselheira. Alguma informação mais ou sugestão de pauta?

Tamires - Tamires, Diretora de DEPAVE 1. Tem uma questão queria colocar aqui - eu não sei se cabe para o CONFEMA, exatamente. Na última reunião do FMSAI - e se eu não me engano - não sei se alguém aqui é do FUNDURB, tem cadeira no FUNDURB. No FUNDURB, eu sei que aconteceu e no FMSAI aconteceu, porque eu estava lá e, enfim. Qual que foi a questão? Vários projetos que foram aprovados nesse ano, eles não conseguiram ser executados, então no caso do FMSAI, saiu uma aprovação - até para você saber - é uma aprovação já nesse ano que se mantém os projetos para o ano que vem para conseguir dar continuidade, principalmente porque tinham coisas que estavam, já estão em andamento a licitação para ser homologado, então, para o recurso passar já para o ano que vem. Não sei se aqui no CONFEMA é o caso também de já deixar isso certo. Por exemplo, eu tenho vários dos projetos que foram aprovados esse ano que eles já estão em tramitação lá da licitação. Eu não tenho condição de esperar ano que vem, fevereiro, começar tudo de novo. Então, essas reuniões finais, tanto no FUNDURB quanto no FMSAI teve esse encaminhamento e eu sugiro que isso seja feito aqui no CONFEMA também, para a gente não ter qualquer tipo de problema no início do ano que vem, quando abrir o orçamento.

Rute Cremonini - Nós buscamos informação a respeito dessa sua colocação. Isso nunca foi feito em outros anos, em outras gestões. No que depende dos Conselheiros do CONFEMA, se esse encaminhamento garantir a execução dos projetos, então eu acho que deve constar em Ata.

Tamires - Porque eu fico pensando até, lendo a própria manifestação da CAV, eles colocam "lá no exercício de 2017". Fico pensando "pô, eu estou aprovando uma coisa agora, dia 14 de dezembro de 2017, eu não vou executar até o dia 31", obviamente. Então, eu acho que, assim, é óbvio para todo mundo que isso vai acontecer em 2018? Isso tem que ficar muito claro, que no FMSAI teve que sair uma deliberação mesmo do Conselho Gestor do Fundo.

Rute Cremonini - Então, como não é um procedimento padrão, eu sugiro que nós façamos constar em Ata que vocês estão aprovando a continuidade desses projetos. De fato, é uma questão que eu não sou especialista. Como vocês sabem, eu estou substituindo o Manuguerra em função da licença médica e, então, repito: que se conste em Ata que vocês estão fazendo essa sugestão de que todos os projetos sejam mantidos. Nós vamos buscar mais conhecimento a respeito de publicar uma deliberação ou não.

Tamires - Tá bom, perfeito.

Rute Cremonini - Mais alguma manifestação, algum informe, alguma sugestão de pauta? Muito bem, então nós ainda temos quórum, vamos passar ao primeiro item da ordem do dia, que é a apresentação do calendário proposto para as reuniões ordinárias do CONFEMA em 2018. Propõe-se que as reuniões permaneçam sempre na última sexta-feira do mês, exceto feriados e emendas. De acordo com o regimento interno do CONFEMA, as reuniões são mensais, mas isso pode ser alterado por meio de deliberação dos Senhores Conselheiros. Caso julguem apropriado tornar as reuniões bimestrais, por exemplo, podemos aprovar hoje mesmo. Está aberta à manifestação. Bimestral. Ao invés de reuniões mensais, reuniões bimestrais.

Tamires - Eu não sou Conselheira, nada, mas vou dando meus pitacos. No FMSAI, são duas ordinárias por ano, viu? São duas ordinárias - uma no primeiro semestre e outra no segundo - e o

resto é tudo extraordinária, porque é aprovado o plano de investimento do ano. Então, não sei se é para se pensar no CONFEMA isso também.

Rute Cremonini - Antes da aprovação, está aberta à manifestação de cada Conselheiro. Depois nós iremos votar.

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. No caso que seja semestral e houver algum projeto urgente, vamos dizer... Bimestral, bimestral. Os projetos urgentes como é que seriam tratados? Seria feita alguma extraordinária?

Rute Cremonini - Segundo o regimento, entre uma reunião e outra, se há a necessidade, é convocada reunião extraordinária.

Magna - Desculpe, a gente vai votar...

Rute Cremonini - A proposta feita por essa Secretaria é que as reuniões passem de mensais para bimestrais, a cada dois meses, normalmente, as ordinárias.

Magna - É porque nós recebemos o calendário com... (voz ao fundo) Ah, tá. (voz ao fundo)

Rute Cremonini - Vamos colocar as coisas com clareza. Proposta nº 1 - antes fazer o regime de votação. Proposta nº 1: que se mantenham reuniões mensais, como são feitas e, evidentemente, conforme necessidade, entre um mês e outro se chama uma reunião extraordinária. Proposta nº 2: que as reuniões ordinárias passem a ser realizadas a cada dois meses. Em havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias entre esses 60 dias de período.

Tamires - Tamires, Diretora de DEPAVE 1. Eu acho importante dar um espaço grande entre as reuniões até para a CAV ter mais tempo de avaliação também. Eu já fui da CAV e, para mim, às vezes era bem complicado ter que fazer uma avaliação muito rápida, muito corrido. Então, acho que é mais fácil de se organizar bimestralmente para a CAV ter o tempo de fazer avaliação, até avaliar mais projetos, se for o caso, então eu acho que é importante isso. Se valer alguma coisa que eu estou falando aqui ...

Cons. Sueli - Sueli, Macro-Leste 1. Eu tenho uma preocupação nas convocações de reuniões extraordinárias: são os outros compromissos que a gente assume ao longo do ano. Quando você tem um calendário fechado, você já coloca - eu pelo menos coloco - na sua agenda anual. Então, quando você fica na dependência de colocar uma extraordinária, a gente pode correr o risco de não ter quórum. Só para a gente refletir.

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho, da CIRANDA. Eu concordo com a Sueli. Eu acho que a gente, como Conselheiro, principalmente da sociedade civil, ter as reuniões mensais a gente já consegue se organizar e para a gente fica mais fácil, porque as extraordinárias realmente nem sempre a gente consegue. E com a projeção - a gente imagina - de bastante projetos a serem aprovados, eu acho que uma reunião a gente vai acabar tendo uma pauta muito extensa. Eu acho que para a gente facilitaria ser mensal.

Vinícius - Vinícius, assistente técnico do DPP 2. No caso da extraordinária, também é pré-estabelecido uma data. Então, numa eventualidade, os Conselheiros poderão, sim, se precaver com datas, porque vai ser lançado o calendário da ordinária, também a extraordinária. Então, vai estar bem especificada as datas lá. Aí vai de cada um. Assim, a gente propôs o calendário das reuniões ordinárias. A gente vai ter um calendário também para as reuniões extraordinárias, essas eventualidades possíveis, claro. Então, pelo seu comentário, por data, dependendo não pode ter quórum. Então, assim, fica também por precaução as extraordinárias pré-estabelecidas as datas. Então, eu acho que sugestão. Não teria tanto problema.

Rute Cremonini - A gente não costuma, pelo menos, fazer calendário de extraordinárias. O que a gente pode propor em cima da fala do Vinícius é que a gente deixe aquela data que seria mensal para uma possível extraordinária. É isso? Ah, tá. Então, nós teríamos reunião na última sexta de fevereiro e depois na última sexta de abril, mas vocês... Março e abril, mas vocês deixariam a última sexta de março reservada caso seja necessário. É isso que você está propondo, né?

Vinícius - No caso da extraordinária, não torna oficial. A gente não publica o calendário da extraordinária. Geralmente a gente publica da ordinária só e aí é uma razão, né? Mas a extraordinária, assim, a gente faz esse calendário por precaução. Então, não vai ter esse caso tipo

aí vai tomar um susto lá "putz, esse dia não vai dar". Então a extraordinária não torna oficial, mas também já deixa pré-estabelecido um dia.

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho, da CIRANDA. Vinícius, eu entendo, eu acho que talvez para essa questão de aprovação das coisas, mas no meu caso, por exemplo, as minhas últimas sextas-feiras só em último caso realmente eu coloco alguma coisa, porque elas estão compromissadas com esse Conselho. (voz ao fundo) Mas se é bimestral, já dificulta, porque entre elas pode não ser...

Rute Cremonini - A verdade é que a gente está fazendo ao contrário, né? Rute Cremonini, Coordenadora. Ao invés de "podemos chamar vocês, vocês podem ter folga". A gente pode se comprometer - deixa eu pensar, fazer um raciocínio correto. O que a gente pode se comprometer é o seguinte: nenhuma reunião extraordinária será chamada fora da última sexta-feira, certo? Não vai ser chamada na quarta nem na segunda nem na quinta.

Cons. Caio Boucinhas - Eu queria também dar uma opinião. Caio, do IAB. É o seguinte: eu estou tendendo a achar que a reunião bimestral é adequada para nós, se, em cada reunião ordinária, a gente ver na sexta-feira do mês seguinte a gente vai fazer uma extraordinária ou não, dependendo dos problemas que a gente está enfrentando, porque a gente teve reuniões com a pauta é esgotada às 11 horas da manhã. Então, em cada reunião ordinária, a gente faz uma avaliação se na próxima última sexta-feira do mês seguinte a gente tem necessidade de fazer reunião ou não. De qualquer forma, eu acho que se a gente continuar discutindo as questões que são do assunto do CONFEMA, nós temos trabalhos para fazer. Eu, por exemplo, estou saindo aqui com uma série de tarefas na minha cabeça no trabalho que eu tenho que fazer por aí, junto do Instituto de Arquitetos do Brasil e coisas que estão acontecendo por aí. Semana passada eu fui em reunião sobre o Parque Brasilândia na Câmara Municipal. E tem recurso depositado, tem uma confusão muito grande aí que a gente está precisando de muito tempo para refletir e fazer proposições.

Rute Cremonini - Mais alguém quer se manifestar?

Cons. Aldo - Aldo, da ECÓLEO. Só rapidamente, eu concordo com a posição do Caio.

Rute Cremonini - Todos tiveram a oportunidade de falar, então, parece que ainda tem posições divergentes ou não? Convergimos para marcar reuniões a cada dois meses? Se não, nós votamos e ...

Cons. Sueli - Sueli, Macro Leste 1. Dentro da proposta do Caio, é extremamente coerente. Quando a gente vem para a reunião, a gente já fica sabendo se a gente vai usar o próximo dia, mas que isso fique, de fato, um compromisso assumido de nos informar da necessidade na reunião do mês anterior, para que a gente fique com o compromisso de comparecer e participar efetivamente.

Rute Cremonini – Então, os Conselheiros favoráveis para que as reuniões ordinárias ocorram bimestralmente, permaneçam como estão. Aprovado.

Cons. Magna Carvalho - E qual vai ser... Magna Carvalho, da CIRANDA.

Rute Cremonini - A próxima reunião é a última sexta-feira de fevereiro.

Cons. Magna Carvalho - Obrigada.

Rute Cremonini - Passamos, então, para o nosso último ponto de pauta: sugestões de pauta para as próximas reuniões. Lembramos a todos a importância da contribuição na elaboração dos pontos de pauta das reuniões, dado que nem sempre teremos projetos a serem deliberados.

Cons. Sueli - Sueli, Macro Leste 1. Eu acho que eu já fiz essa pergunta em reuniões passadas, mas eu preciso... A idade é cruel e a gente vai esquecendo as coisas. (voz ao fundo). Melhor idade não sei para quem. Mas eu gostaria muito de apresentar para os Conselheiros, para o CONFEMA, o projeto que a gente está iniciando em São Mateus de capacitação para agricultura. Eu comentei isso numa reunião passada quando a Leda veio fazer da agroecologia e eu gostaria... A gente está desenvolvendo o projeto executivo e eu gostaria de trazer aqui para apresentar para os Conselheiros, para a gente buscar meios de financiamento público de parte das ações que a gente está desenvolvendo lá, que a gente vai começar a desenvolver lá. Aí qual

é o processo, como é o procedimento? Se eu posso só preparar a apresentação do projeto, trago aqui, vocês apreciam. Esse trâmite eu gostaria de receber a orientação do CONFEMA. Obrigada.

Rute Cremonini - Mais alguma sugestão?

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho. Sobre os editais do FEMA. Gostaria de saber se vai ter algum edital sobre resíduos sólidos.

Rute Cremonini - Por enquanto, o modelo atual não dá previsão, não contempla. Vou passar para o Ray, ele pode fazer algum esclarecimento a respeito dos editais.

Ray - Ray, DPP 2, FEMA. Atualmente, nos editais que estão sendo elaborados pelo Departamento, não tem nenhum que contemple - não pelo menos especificamente - resíduos sólidos, mas dependendo das diretrizes do Departamento e tudo mais, pode ser que venha a ser elaborado mais para a frente um edital sobre o assunto. Previsão para publicação, você diz. Por enquanto, não tem previsão para publicação. Eles estão sob análise do departamento jurídico, mas assim que eles estiverem prontos, eles serão publicados e podemos avisar os Conselheiros.

Rute Cremonini - Da minha parte, eu sugiro que vocês apresentem as demandas.

Sueli - É só para confirmar se dentro dos editais que estão sendo elaborados está contemplada a agroecologia, que foi discutido tanto no CADES como no CONFEMA.

Ray - Sim, sim. Ray, do DPP 2, FEMA. Tem um edital de agroecologia na Zona Sul e na Zona Leste, que é a continuação; na verdade, ele é um aprimoramento do que já vem sendo realizado do edital FEMA 11.

Rute Cremonini - Mais alguma manifestação?

Cons. Caio - Você falou sobre a aprovação, Rute, sobre a questão da Mata Atlântica. Daria para fazer uma apresentação aqui sobre, por exemplo, a questão da Mata Atlântica no Município de São Paulo. Eu tenho as bordas da mancha urbana, eu tenho amostras no meio dessa mancha urbana, como isso está sendo tratado, tem alguma conexão prevista, o que aconteceria...Acho que seria interessante a gente conhecer isso.

Rute Cremonini - Sim, Conselheiro. Nós temos como pedir à equipe que programou, que certamente para fazer o plano eles fizeram esse estudo. Então, nós podemos colocar em pauta, sim. Mais alguma manifestação, mais alguma sugestão?

Cons. Magna Carvalho - Magna Carvalho. Eu concordo com o Caio, até porque o plano é onde a gente vai ter que se basear para todas as ações, então acho que a apresentação, que talvez tenha sido feita no CADES, porque o plano é imenso, mas uma pequena... porque daí a gente consegue tirar algumas dúvidas. Eu acho que seria bem interessante essa apresentação aqui também.

Rute Cremonini - Sim, o plano já está sendo colocado no site. Ele tem 500 páginas. Foi apresentado um relatório, uma síntese, para o CADES, para os Conselheiros do CADES. Ele já foi apresentado em diversas instâncias, mas nós vamos sugerir para a equipe que seja apresentado aqui.

Cons. Sueli - Sueli, Macro Leste 1. É sobre o PMMA, que além... eu já assisti várias vezes, eles já fizeram muitas apresentações, mas é importante estar aqui também. Mas que também o PMMA vai para cada Prefeitura Regional por meio do Conselho Participativo. Então, eu considere relevante que a gente até comente isso, que nós possamos, de fato, ir lá no cantinho de São Mateus, por exemplo, e falar "olha, nós temos um Plano Municipal da Mata Atlântica. Tá vendo este pedacinho de verde aqui? Está aqui no mapinha. Faz parte." Então, nós vamos ser instrumentos também para levar para a periferia de São Paulo o PMMA.

Rute Cremonini - Sim, e embora nós não tenhamos obrigação por conta do Plano Diretor, nós também enviaremos para os CADES regionais. Eu sou portadora de um abraço do Manuguerra a todos vocês, agradecimento por tudo. Hoje eu estou aqui, não feliz, porque foi uma necessidade estar substituindo, mas, então, eu vou ler o que ele escreveu aqui. Pediu para agradecê-los pelo ano produtivo que tivemos no FEMA, a confiança depositada em nosso trabalho e que em 2018

possamos fazer ainda mais. (voz ao fundo). Isto posto, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a reunião.